

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

AValiação e Produtividade no Trabalho Acadêmico

Maria das Graças Monteiro Castro, Universidade Federal de Goiás – Brasil, <https://orcid.org/0000-0001-5053-5642>, gracamcastro@ufg.br

André Barcellos Carlos de Souza, Universidade Federal de Goiás – Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-5533-6973>, andre@ufg.br

Cássia Oliveira, Universidade Federal de Goiás – Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-6859-9692>, cassiaoliveira@ufg.br

Laura Vilela Rodrigues Rezede, Universidade Federal de Goiás – Brasil, <http://orcid.org/0000-0002-8891-3263>, laura_rezende@ufg.br

Exo:

1 Introdução

O presente trabalho pretende analisar a perspectiva teórico-epistemológica de avaliação que orienta a construção da tese de que “a qualidade pode crescer gradualmente a partir da quantidade”, apresentada no artigo “*Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program*”, publicado recentemente no periódico *Journal of Informetrics (JOI)*¹. O referido artigo sustenta a tese a partir de uma série de variáveis estatísticas levantadas em um estudo sobre os currículos Lattes de 1.487 membros (doutores e em doutoramento) do corpo docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), em que os autores Diniz Filho *et al.* (2016) apontam o quadro de produtividade dos professores da UFG. Serão discutidas as concepções e paradigmas de avaliação e a ênfase no modelo centrado na regulação encontrado na metodologia desenvolvida pelos autores do artigo em questão.

2 A avaliação: concepções e paradigmas

A partir do estudo da literatura referente ao tema de avaliação, verificou-se que há dois modelos predominantes: um centrado na melhoria institucional e o outro centrado na

regulação, e que ambos se relacionam com os processos de homogeneização e diferenciação que caracterizam o mundo contemporâneo. Esses processos são sustentados por uma avaliação externa, padronizada e estandardizada, em detrimento de uma avaliação de natureza interna que respeita a identidade e a diversidade institucional.

A análise proposta entende a importância da avaliação, no âmbito das transformações ocasionadas pela globalização e internacionalização do ensino superior, bem como o papel que desempenha na reforma dos sistemas educativos, porque refletem os contextos e as respectivas metas sociais e econômicas. Nesse contexto, e recuperando estudos desenvolvidos (Afonso, 2000; Catani, Oliveira & Dourado, 2002; Contera, 2002; Dias Sobrinho, 2000), encontramos dois modelos de avaliação do ensino superior: um de caráter externo e outro em uma perspectiva mais interna. A avaliação de caráter externo é realizada de fora das instituições de ensino e se caracteriza pela regulação, controle e hierarquização, em busca de eficiência (entendida aqui como qualidade), da produtividade e do estabelecimento de rankings para efeito comparativo entre instituições, docentes e discentes. A avaliação

entendida como de natureza interna preconiza a orientação formativa e processual, reforçando a transformação qualitativa e o papel da universidade como produtora de conhecimentos e de cultura.

Os modelos apresentados encontram-se, claramente, contemplados no Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES), implantado no Brasil em 2004, com a Lei 10.861, de 14 de abril do referido ano, tendo por finalidades:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei nº 10.861, 2004, § 1º).

Dias Sobrinho (2008) vai afirmar que:

[...] dentre os 23 objetivos e metas definidos pelo Plano Nacional de Educação (2001) se destaca o seguinte: institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica. A idéia forte dessa determinação consiste no conceito de sistema e, portanto, de integração, articulação e participação. [...] A avaliação institucional, interna e externa, é o processo central do SINAES. Consiste em um amplo balanço que cada instituição deve fazer para conhecer-se mais profundamente, refletir sobre suas responsabilidades, seus problemas e potencialidades, enfim, planejar e estabelecer metas para melhorar a qualidade em todas as dimensões institucionais e educativas. Nesse

amplo e participativo processo de reflexão e debate público, os atores da comunidade educativa devem pôr em foco de questionamento os significados e os valores científicos, sociais, éticos, estéticos, etc. dos conteúdos, produtos, atividades, meios, fins e resultados que constituem o cotidiano da realidade concreta de uma instituição. Além de aspectos técnicos, esses processos têm uma dimensão profundamente ética e educativa, pois contribuem para a melhora institucional e social (Dias Sobrinho, 2008, pp. 819-820).

No entanto, apesar de a proposta teórica ser formativa e valorizar a diversidade e a identidade institucional, o sistema tem passado por ajustes do MEC, vindo a instrumentalizar os processos federais de regulação e interrompendo a construção de um processo participativo. Por consequência, vem promovendo retornos a posturas, axiomas e enfoques próprios do paradigma técnico-burocrático (Dias Sobrinho, 2008, pp. 820).

O Sinaes orienta o processo de avaliação institucional a que as IFES estão submetidas e as informações levantadas indicam os parâmetros para a gestão e construção de políticas das universidades.

3 Quantidade e Qualidade

Nesse contexto, encontramos em outros modelos nacionais (Estados Unidos e Europa) uma forte tendência para o modelo de avaliação somativa por agências externas ou entidades nacionais legalmente constituídas e independentes do governo, com avaliações de larga escala, garantia de qualidade, implementação de práticas regulatórias e comparabilidade dos resultados por meio dos *rankings*.

O modelo de avaliação centrado na regulação promove uma articulação da universidade com o processo de globalização da economia, de modo que as funções das instituições de ensino superior passam a se ajustar às exigências do mercado, tomando um caráter utilitarista, competitivo, produtivista e de qualidade

associada à noção de eficiência. A regulação ocorrerá a partir do estabelecimento de regras e normas de conduta e controle e a partir de uma regularidade e estabilidade do objeto de regulação. Essa estrutura determinará uma ênfase nos resultados e produtos, com uma avaliação predominantemente técnica, buscando a quantificação dos resultados predeterminados e modelados para o ensino, a pesquisa e extensão. Os indicadores quantitativos, padronizados, se tornam procedimentos que se confundem com qualidade e permitem a organização de rankings de instituições, produções, publicações que interferem diretamente na gestão das universidades, na construção de suas políticas e consequentemente no financiamento.

Nesse processo, a avaliação, também denominada estandardizada, busca a homogeneização e padronização de critérios, a quantificação e a medida de produtos acadêmicos. A matriz reguladora desse modelo de avaliação favorece a política do Estado controlador. Esse modelo é orientado por uma racionalidade instrumental, de interesse técnico, de modo que a noção de qualidade está relacionada à adequação dos meios aos fins, predominando o interesse técnico. Politicamente, a intencionalidade da avaliação é a prestação de contas (*accountability*), favorecendo a competitividade e o individualismo. Metodologicamente, o processo está orientado para a busca dos indicadores de eficiência e rendimento, tornando possível contabilizar e comparar padrões de qualidade.

Acompanhando essa lógica, o artigo “*Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program*”, publicado no periódico *Journal of Informetrics (JOI)*, sustenta a tese de que “a qualidade pode crescer gradualmente a partir da quantidade” (Diniz Filho, 2016, pp. 159). Com base em uma série de variáveis estatísticas levantadas em um estudo sobre os currículos Lattes de 1.487 membros (doutores e em doutoramento) do corpo docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), os autores do artigo apontaram o

quadro de produtividade dos professores da UFG.

Ao final, concluem que 30% dos professores doutores não tiveram quaisquer publicações entre 2011 e 2013 e que somente 18,7% dos artigos foram publicados em periódicos indexados A1. Além dessa verdade declarada, os autores sustentam ainda que existe uma correlação entre alta produtividade e projetos de investigação financiados. Com base nesses dados, sinalizam a necessidade de melhoria das políticas de gestão da universidade, fundamentando-se na noção de maior produtividade científica traduzida na publicação de artigos em periódicos bem ranqueados.

Em uma entrevista para o *blog* Viomundo, Miguel Nicolelis, um dos pesquisadores brasileiros de maior prestígio, pioneiro nos estudos sobre interface cérebro-máquina, com descobertas que aparecem na lista das dez tecnologias que devem mudar o mundo e divulgada em 2001 pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês), afirma que:

Nós publicamos mais do que a Suíça. Mas o impacto da ciência suíça é muito maior. Basta ver o número de prêmios Nobel lá. E eles têm apenas cinco milhões de habitantes. Na academia brasileira, as recompensas dependem do que eu chamo de “índice gravitacional de publicação”: quanto mais pesado o currículo, melhor. Ou seja, o cientista precisa colecionar o maior número de publicações – sem importar tanto seu conteúdo. Não pode ser assim. O mérito tem de ser julgado pelo impacto nacional ou internacional de uma pesquisa. Não podemos dizer: quem publica mais, leva o bolo. Porque aí o sujeito começa a publicar em qualquer revista. Não é difícil. A publicação científica é um negócio como qualquer outro. Mesmo se você considerar as revistas de maior impacto. Também não adianta criar e usar um índice numérico de citações (que mede o número de citações dos artigos de um determinado cientista).

Talento não está no número de citações: é imponderável. Meu departamento na Universidade Duke nunca pediu meu índice de citação. Também nunca calculei (Nicoletis, 2011).

O modelo de avaliação formativa, centrada na melhoria das instituições, tendo como um dos objetivos uma realidade dinâmica e complexa, precisa, segundo Dias Sobrinho (2004), ser considerada para além do valor absoluto de verdade determinado pela objetividade dos números e seus efeitos de seleção e classificação. A verificação e o controle externo não garantem a qualidade das atividades das universidades. O processo de avaliação precisa se sustentar em valores constitutivos da academia, que é o interesse pela produção do conhecimento e sua pertinência social. Há de se considerar características regionais, contextos e culturas institucionais e acadêmicas próprias. Os procedimentos e técnicas adotadas deverão considerar modelos quantitativos e qualitativos.

Uma avaliação institucional que aposta na supremacia do modelo regulador terá, por um lado, de se debater com conflitos entre a sua função de ser produtora do conhecimento socialmente reconhecido e transformador, e, por outro lado, de se adaptar e atender às exigências do mercado.

Essa situação é assim apresentada no artigo que analisa a produtividade dos professores da UFG. Os autores afirmam que, em um país sem tradição de pesquisa consolidada, a experiência na área não surgirá se os pesquisadores não forem estimulados a produzir mais. Daí o caminho seria o crescimento da qualidade a partir da quantidade, trocando a qualidade da pesquisa pela quantidade de publicações. Tomam ainda como modelo de qualidade de formação aquele professor que aprendeu a publicar ou que esteve envolvido em grupos de pesquisa produtivos. Defendem que a concessão de licenças remuneradas ao corpo docente proporciona uma baixa produção e pode ser um fator de ineficiência para a melhoria da produtividade no âmbito da universidade.

Também consideram fundamental a inserção dos professores nos programas de pós-graduação, em especial no doutorado, para melhorar o nível de publicação da instituição. Esta seria a política de gestão tratada como eficiente para que a universidade alcançasse um patamar produtivo.

4 A informetria para medir a produtividade

A escolha metodológica dos autores do artigo em questão, a infometria, já antecipa a conclusão do resultado. A produtividade apresentada em percentuais, sem qualquer avaliação do mérito dos dados, aponta para uma concepção de produção acadêmica, de conhecimento e de saber. A qualidade do que está sendo publicado, como resultado dos processos de produção do conhecimento acadêmico, é pouco (ou nada) considerada, em favor da quantidade de publicações.

A mensuração dos produtos acadêmicos, em especial a publicação, aponta para uma avaliação em que qualidade é tradução de eficiência. Vale assinalar, eficiência significa desempenho homogeneizado e padronizado por meio de critérios quantificáveis, como o índice numérico de citações. Esse processo de padronização de resultados e produtos determina que o mérito é dado pelo número de publicações e não pelo julgamento do impacto nacional ou internacional de uma pesquisa.

Dias Sobrinho (2004) assim vai dizer:

As avaliações de caráter objetivista são francamente utilizadas para a orientação do mercado, onde as noções de qualidade se assemelham à produtividade e eficiência, e para uma atualização da teoria do capital humano, que restringe a formação à capacitação profissional [...] As restrições orçamentárias e a exigência de que a educação superior se torne mais útil ao fortalecimento do mercado e à saúde econômica das empresas transformaram a accountability (prestação de contas, responsabilização, responsividade) em critério central da avaliação, desde as duas últimas décadas do século passado. A responsabilidade

de demonstrar eficiência e produtividade é tanto maior quanto mais reduzidos vão se tornando os orçamentos das instituições (Dias Sobrinho, 2004, pp. 716-717).

Para poder discutir do ponto de vista acadêmico a questão da produtividade na universidade, cabe considerar outras abordagens teóricas que estão além da infometria. Publicar é importante, como forma de divulgação do conhecimento produzido, e isto não está posto em questão. O que se discute aqui são a premissa e o equilíbrio necessário do “publique, apareça ou pereça”, característico de uma era marcada pelo produtivismo midiático e performático. Zuin e Bianchetti (2015, pp. 728) desenvolvem o tema do produtivismo nessa era, levantando a necessidade de olhar para a realidade e de registrar suas contradições. “Publicar ou perecer” tem sido tratado com dualismos e polarizações. Esses autores afirmam que, quando isto se instaura, “o resultado é a anulação, a exclusão/subsunção de uma das partes ‘litigantes’, dado que, se a condição é “ou”, somente uma delas sobreviverá”. Adiantam que, ao se excluírem o conflito e a dialética para a construção de um novo caminho para a produção acadêmica, processos e resultados irracionais são gerados, como o apresentado pelo artigo que é objeto deste texto.

Não estamos aqui defendendo uma avaliação subjetivista sem considerar os elementos quantitativos e objetivos que constituem aspectos extremamente importantes no processo avaliativo. No entanto, alertamos para o que Dias Sobrinho (2004) vai explicar:

A objetividade, como idéia regulativa, de modo algum deve ser negada. Rigor científico, verificabilidade, integridade, capacidade de construir representações consistentes são características da objetividade que devem ser afirmadas. Critico o objetivismo, exagero que faz coincidir objetividade e verdade, que defende a idéia da neutralidade da ciência e recusa a dimensão social e histórica do conhecimento. A objetividade, para ser legítima e mais amplamente

reconhecida, precisa reconhecer a dimensão social e intersubjetiva do conhecimento. Não é possível objetividade sem subjetividade, não há o quantitativo sem o qualitativo, só mediante teorias da complexidade se pode compreender globalmente um fenômeno humano, que por natureza é polissêmico – e este é o caso da educação, como também o é da avaliação (Dias Sobrinho, 2004, p. 720).

Embora a abordagem infométrica seja uma ferramenta a ser usada, é perigoso argumentar que a produtividade acadêmica, em si mesma, pode refletir uma característica geral do sistema acadêmico, sem cometer inconsequências. Mesmo sendo um tema recente, Zuin e Bianchetti (2015) apontam uma vasta literatura na área das Ciências Humanas, cujos autores (Bianchetti, 2011; Chaui, 2003; Sguissardi & Silva Jr., 2009) entre outros analisam o assunto sob os mais diferentes aspectos, que “vão do individual ao institucional, evidenciando as causas, as manifestações e as consequências do predomínio desse particular capitalismo em sua versão acadêmica” (Zuin; Bianchetti, 2015, p. 729).

Torna-se necessária a compreensão das origens e das consequências para o universo acadêmico. Nessa compreensão devem-se analisar a relação entre ensino, pesquisa e extensão, as diferentes estruturas de publicações, além do artigo de periódico como forma hegemônica. Essas questões estão na gênese da naturalização do “publique ou pereça”, como única forma de manter-se ou progredir na carreira a qualquer custo.

Em *Inimigos da esperança*, Waters (2006), editor da *Harvard University Press*, denuncia a firme tendência de considerar a produção editorial apenas pelo aspecto quantitativo, sem atentar para a produção e a recepção. Avança na reflexão, ao caracterizar o processo de mercantilização que se observa no espaço acadêmico, do ponto de vista administrativo e contábil. A produção intelectual se torna uma tarefa em série, numa verdadeira linha de montagem fabril, em que o processo de

produção é ofuscado pela recepção dos produtos. A consequência, além da geração de uma lista de aspectos improdutivos, está no produto almejado: não importa o conteúdo publicado, mas sim a frequência de publicação, onde foi publicado e com quem se publica. E como esse processo se opera? E a proliferação de casos de plágio, autoplágio, autocitações e citações cruzadas? É a hegemonia da aparência em detrimento da essência.

5 Considerações Finais

Este texto apresentou uma discussão sobre a perspectiva reguladora de avaliação, em que a avaliação desenvolve-se como controle, verificação, quantificação, homogeneização. Essa perspectiva teórica tratada por Dias Sobrinho (2004, pp. 723), que assim afirma: “O controle verifica e constata o realizado, em atitude conservadora e voltada ao passado”. E sustenta, ainda, a necessidade de outro paradigma, em que “a avaliação é ação de atribuição de valor e produção de sentidos. Sua base é o real, porém não simplesmente como produção passada e sentido já acabado, mas, sobretudo, como projeto aberto ao futuro.”

Com base nestas premissas, analisamos a perspectiva teórica e epistemológica de avaliação que orienta a construção da tese de que “a qualidade pode crescer gradualmente a partir da quantidade”, apresentada no artigo “*Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program*”, publicado recentemente no periódico *Journal of Informetrics* (JOI), para, a partir de uma série de variáveis estatísticas levantadas em um estudo sobre os currículos Lattes de 1.487 membros (doutores e em doutoramento) do corpo docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), apontar o quadro de produtividade dos professores da UFG.

Assinalamos as contradições inerentes à metodologia adotada pelos autores para a construção da referida tese – a infometria –, que apresenta a produtividade em percentuais, sem qualquer avaliação do mérito dos dados e aponta para uma concepção de

produção acadêmica, de conhecimento e de saber. A qualidade do que está sendo publicado, como resultado dos processos de produção do conhecimento acadêmico, é pouco (ou nada) considerada, em favor da quantidade de publicações.

Entendemos a importância da avaliação como inerente ao processo acadêmico e fundamental para a produção do conhecimento e que sua construção deverá contemplar duas perspectivas – o controle e a formação –, que, apesar de distintas e opostas, se complementam. Assim conclui Dias Sobrinho (2004):

Esses dois sistemas de idéias e práticas, ou seja, paradigmas, são distintos e contraditórios, porém não se excluem mutuamente. Não se trata de simples oposição, em que uma parte deve ser aceita e a outra deve ser rejeitada. Não se trata de adotar exclusivamente o controle (medida, verificação, constatação, o sentido já dado, classificação, seleção etc.) ou, tampouco, também exclusivamente, de adotar procedimentos subjetivistas sem base em dados da realidade. As duas epistemologias representam duas visões de mundo distintas, até mesmo concorrentes, porém são complementares e não excludentes (Dias Sobrinho, 2004, p. 723).

As tarefas de avaliar a produtividade nas universidades e entender seus processos passam obrigatoriamente pela compreensão do sentido que a avaliação está tomando na estrutura institucional, tendo em vista a globalidade e a complexidade que constituem a avaliação institucional para a formação das políticas de avaliação dos produtos acadêmicos.

6 Referências

- Afonso, A. (2000). *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. Cortez.
- Bianchetti, L. (2011). Condições de trabalho e repercussões pessoais e profissionais dos envolvidos com a pós-graduação stricto sensu: balanço e perspectivas. *Linhas Críticas*,

- 17(34), 439-460.
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193522070002>.
- Catani, A. M., Oliveira, J. F. & Dourado, L. F. (2002). A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. Em Dias Sobrinho, J., & Ristoff, D. (org.). *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Insular.
- Chaul, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 5-15.
- Contera, C. (2002). Modelos de avaliação da educação superior. Em Dias Sobrinho, J., Ristoff, D. (org.). *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Insular.
- Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da educação superior*. Vozes.
- Dias Sobrinho, J. (2004). Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria. *Revista Educação e Sociedade*, 25(88).
- Dias Sobrinho, J. (2008). Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação*, 13(3), 817-825.
<https://www.scielo.br/j/aval/a/4trQr3brp3FM4XRvp96ZHqK/>.
- Diniz Filho, J. A. F., Fioravanti, M. C. S., Bin, L. M., & Rangel, T. F. (2016). Drivers of academic performance in a Brazilian university under a government-restructuring program. *Journal of Informetrics*, 10(1), 151-161.
<https://doi.org/10.1016/j.joi.2015.12.004>
- Journal of Informetrics. (2016). *Sobre o periódico*.
<https://www.sciencedirect.com/journal/journal-of-informetrics>.
- Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. (2004, 14 de abril). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 01 abr. 2016.
- Nicolelis: Einstein não seria pesquisador A1 do CNPq. (2011). Viomundo.
<http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/nicolelis-diz-que-sofreu-sabotagem-nos-bastidores.html>.
- Sguissardi, V., & Silva Jr., J. R (2009). *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. Xamã.
- Waters, L. (2006). *Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição*. Unesp.
- Zuin, A. A. S., & Bianchetti, L. (2015). O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. *Cadernos de Pesquisa*, 45(158), 726-750.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400726#B41.

Notas

¹ “*Journal of Informetrics* (JOI) é bastante respeitado por publicar pesquisas de alta qualidade e por ser rigoroso com aspectos quantitativos da ciência da informação. Os principais focos da revista são temas nas áreas de bibliometria, cienciometria, webometria e altimetria. Valorizam-se contribuições que estudam problemas infométricos envolvendo métodos de outros campos quantitativos, como matemática, estatística, ciência da computação, economia e econometria, pesquisa operacional e ciência de rede” (*Journal of Informetrics*, 2016).